



Ata da 4ª (quarta) reunião extraordinária realizada no dia dezesseis de junho de dois mil e vinte. Às dezessete horas e trinta minutos do mesmo dia, reuniram-se em sessão extraordinária, sob a presidência do vereador José Elias, os vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem. O presidente realizou a chamada e verificou estar ausente o vereador Carlos Cezar, o qual compareceu à reunião após alguns minutos do início e justificou seu atraso. Os demais vereadores estavam presentes. O presidente declarou aberta a sessão e foi realizada a oração regimental. Foi lida a ata da última reunião, a 3ª reunião extraordinária. Após a leitura, a ata foi colocada em votação tendo sido solicitado a sua retificação pelo vereador João Martins. Após retificada, a ata foi aprovada e assinada por todos os vereadores. Foram apresentados na reunião os seguintes projetos de lei: **Projeto de Lei Ordinária Nº 009/2020** que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentaria de 2021, e dá outras providencias”; **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo 02/2020** que “Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-prefeito, Secretário e Vereadores do Município de Santana para a próxima legislatura (2021 a 2024)”; **Projeto de Lei Ordinária Nº 010/2020** que “Dispõe sobre a desafetação de bem público de uso comum, Matrícula nº R.01.M.35.293, com área de 1.009,71 m², localizado no Bairro São Luiz, Santana da Vargem”; **Projeto de Lei Complementar Nº 004/2020** que “Dispõe sobre a Legislação Tributária do Anexo II da Lei Municipal nº 770/2002 que 'Dispõe sobre a Legislação do Município de Santana da Vargem - MG' e da outras providencias”; **Projeto de Lei Complementar Nº 003/2020** que “Dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos do Município de Santana da Vargem - MG”; e **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 003/2020** que “Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água no âmbito do município de Santana da Vargem e dá outras providências”. Os vereadores discutiram sobre os temas dos projetos apresentados. O vereador João Martins sugeriu que fosse feita uma emenda ao projeto de lei ordinária do legislativo 003/2020 para que o eliminador de ar já viesse no hidrômetro. Na ordem do dia foi colocado em discussão o **Projeto de Lei Ordinária nº 007/2020** que “Dispõe sobre o acréscimo do parágrafo único ao artigo 2º da Lei Municipal nº 1385, de 22 de abril de 2015”. Em seguida foi apresentado pela mesa diretora a **Emenda Modificativa nº01** ao projeto que estava em discussão, a saber o projeto de lei complementar 007/2020. A Emenda foi aprovada por unanimidade (com os votos dos vereadores: Marcos Roberto, Carlos Cezar, Vitor Eugênio, Expedito Alves, Luiz Felipe, Silmara Girlaine, Rodrigo Scalioni e João Martins). Na sequência o **Projeto de Lei Ordinária**



**nº 007/2020** que “Dispõe sobre o acréscimo do parágrafo único ao artigo 2º da Lei Municipal nº 1385, de 22 de abril de 2015”, o qual recebera a Emenda modificativa nº01, foi colocado em *primeira* votação. O projeto foi aprovado por unanimidade (com os votos dos vereadores: Marcos Roberto, Carlos Cezar, Vitor Eugênio, Expedito Alves, Luiz Felipe, Silmara Girlaine, Rodrigo Scalioni e João Martins). Logo após foi colocado em discussão e *primeira* votação o **Projeto de Lei Ordinária Nº 005/2020** que “Dispõe sobre a alteração do artigo 4º da Lei Municipal nº 1466, de 27 de setembro de 2018”. O projeto foi aprovado por unanimidade (com os votos dos vereadores: Marcos Roberto, Carlos Cezar, Vitor Eugênio, Expedito Alves, Luiz Felipe, Silmara Girlaine, Rodrigo Scalioni e João Martins). O presidente concedeu a palavra livre aos vereadores por cinco minutos. O vereador Expedito Alves, perguntou ao presidente se a lei que foi aprovada sobre o uso das máscaras no município já tinha sido aprovada, no que foi respondido pelo presidente que sim. O vereador Expedito também perguntou se a lei de fixação dos subsídios dos vereadores para a próxima legislatura teria um prazo para ser aprovada no que foi respondido pelo presidente que o prazo seria até três de setembro. O vereador Expedito Alves ressaltou que as Comissões não deveriam dar parecer aos projetos de lei antes do parecer jurídico e falou sobre o projeto da desafetação que era necessário ter muito cuidado na sua apreciação. O presidente explicou sobre a situação do projeto. O vereador Expedito também falou sobre o objeto do projeto de lei complementar 04/2020 que visa adequar o valor da taxa de alvará à realidade do município, destacando a importância do projeto para a geração de empregos e também alertou que era preciso ter cuidado para que, por meio da aplicação da lei, não se incorresse em renúncia de receita. O presidente sugeriu que fosse limitado o valor do alvará a partir do tamanho da área da empresa. Os vereadores discutiram sobre o tema. O vereador Luiz Felipe sugeriu que a Câmara encaminhasse ao prefeito municipal ofício solicitando que este providencie a realização de monitoramento nas fronteiras de Santana da Vargem colocando barreiras e utilizando termômetros para evitar que pessoas infectadas com o covid-19 entrem no município. O presidente respondeu que o secretário da saúde, Sr. Hermógenes Vaneli, que estivera presente na Câmara na semana anterior, informara que não era possível realizar este monitoramento devido à falta de termômetros. A vereadora Silmara Girlaine informou que ela já questionara ao secretário da saúde o porquê de o município ainda não estar realizando a compra de testes para monitoramento da covid-19 no município e que o secretário lhe respondera que isso não iria resolver e que quem quisesse poderia pagar para realizar o teste em Varginha. O vereador Rodrigo Scalioni



disse que também havia solicitado a compra de testes. O vereador Luiz Felipe comentou que Boa Esperança havia fechado um dos trevos e estava realizando o monitoramento no outro e que Santana da Vargem também deveria realizar um trabalho para evitar a proliferação do vírus no município. A vereadora Silmara falou sobre a importância de informar às pessoas que vêm de fora sobre o decreto municipal. O presidente sugeriu montar um ponto de informação na entrada do município. Os vereadores discutiram sobre o assunto. O presidente perguntou aos vereadores se eles concordavam que a próxima reunião extraordinária fosse marcada para terça feira da próxima semana no mesmo horário. Eles concordaram. O vereador João Martins perguntou sobre a reunião das Comissões. O vereador Luiz Felipe sugeriu que eles fizessem uma reunião on-line. O vereador João Martins discordou. O presidente sugeriu que, por causa da impossibilidade de reunião, cada membro da Comissão fizesse o seu parecer e, se fosse preciso, colocasse em votação no plenário. Por fim o presidente convocou uma reunião extraordinária para a próxima terça feira no horário de dezessete e trinta. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a sessão e ordenou que se lavrasse a presente ata, a qual, após aprovada poderá ser assinada por todos.